

Edição nº 59 – 11 a 15 de dezembro

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

COMISSÃO DA CÂMARA APROVA PEC QUE TORNA O POTENCIAL EÓLICO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Na última quarta-feira, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou a PEC nº 97/2015, de autoria do deputado Heráclito Fortes (PSB-PI). A proposta insere no conjunto de bens da União o potencial da energia eólica, fazendo constar que os resultados da exploração dessa fonte de energia renovável deverão compensar o ente federativo na forma de royalties. Em seu parecer, o relator da matéria, deputado Tadeu Alencar (PSB-PE), enfatiza que a instalação de campos eólicos, especialmente no litoral brasileiro, acarreta mudança drástica na paisagem, podendo prejudicar o turismo e a produção agrícola e, por conta disso, os resultados da exploração do potencial eólico devem compensar a União financeiramente. Ainda na quarta-feira, após a aprovação da PEC, o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), assinou o ato de criação da Comissão Especial que analisará a proposta, a ser composta de 34 membros titulares. Nessa Comissão, um relator será nomeado e apresentará um relatório. O texto ainda precisará ser votado em dois turnos, por 3/5 dos membros do Plenário, antes de seguir ao Senado.

COMISSÃO APROVA MODIFICAÇÃO NO QUÓRUM DELIBERATIVO DE SOCIEDADES LIMITADAS

A CCJC também aprovou, na última quarta-feira, o PL nº 2.844/2015, de autoria do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT). No texto original da matéria, o deputado propõe a modificação dos artigos 1.076 e 1.085 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil) para fins de alterar o quórum decisório no âmbito das sociedades limitadas. Argumenta o autor que o texto do Código Civil não está adequado para a realidade que se vê hoje no mundo empresarial, em que grande parte das sociedades limitadas possuem, tão somente, dois sócios. O projeto já havia sido aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS), em que foi relatado pelo deputado Jorge Côrte Real (PTB-PE). Em seu relatório, Côrte Real reconhece que a maioria das sociedades limitadas no Brasil são de pequeno porte, e que a lógica atual utilizada pelo

Código Civil se aplica às sociedades de grande porte. Propõe que as decisões nas sociedades limitadas possam ser tomadas por maioria do capital, e que, ressalvado o caso em que haja apenas dois sócios na sociedade, a exclusão de um sócio somente possa ser determinada em reunião ou assembleia especialmente convocada para esse fim, com ciência prévia ao sócio que poderá vir a ser retirado para que este tenha tempo hábil de preparar a sua defesa. Na CCJC, o projeto foi relatado pelo deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), que acolheu o relatório da CDEICS, incluindo no texto da proposta disposição no sentido de equiparar o quórum deliberativo de exclusão do sócio proposto, de maioria do capital, ao de designação e exclusão do sócio administrador da sociedade limitada. O projeto agora poderá ser encaminhado ao Senado Federal, uma vez que tramitava em regime conclusivo de análise das Comissões.

CDU APROVA INCENTIVO FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO SANEAMENTO BÁSICO

A Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), da Câmara dos Deputados, aprovou, na última quarta-feira, o PL nº 7.776/2017, que concede, durante cinco exercícios financeiros, créditos relativos à contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS, de modo a estimular o aumento do volume de investimentos das pessoas jurídicas sujeitas ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico. Agora, a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) analisará a proposição.

CME APROVA PL QUE PERMITE QUE AS ASSOCIAÇÕES, SINDICATOS E COOPERATIVAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA OPEREM NA PROTEÇÃO DE SINISTRO DE VEÍCULOS

Na última quarta-feira, a Comissão de Minas e Energia (CME), da Câmara dos Deputados, aprovou o PL nº 8.122/2017, que permite que as associações, sindicatos e cooperativas de transporte rodoviário de carga operem na proteção de sinistro de veículo deste tipo de serviço. A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) agora irá analisar o PL.

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócios responsáveis: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br) e

Luiz Fernando Visconti (visconti@tozzinifreire.com.br).

www.tozzinifreire.com.br

AGENDA DA SEMANA

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO

12/12/2017, às 11h

PLV nº 36/2017, que dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural.

Relator: não designado

Relatório: não apresentado.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (CI)

12/12/2017, às 9h

PLS nº 712/2015, que estabelece meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040.

Relator: sen. Lasier Martins (PSD-RS)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (CMA)

12/12/2017, às 9h

PLS nº 537/2011, que estabelece a forma de recolhimento e destinação final de baterias automotivas e industriais, compostas por chumbo e ácido sulfúrico.

Relator: sen. Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PLS nº 79/2016, que trata dos prazos do processo administrativo ambiental.

Relator: sen. Valdir Raupp (PMDB-RO)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

FIQUE DE OLHO

PLS nº 75/2017, que inclui óleos e gorduras de uso culinário como produtos do sistema de logística reversa.

Relator: sen. Cristovam Buarque (PPS-DF)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

12/12/2017, às 9h30

PLC nº 161/2017, que dispõe sobre a política energética nacional e as atividades relativas ao monopólio do petróleo.

Relator: sen. Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Relatório: não apresentado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)

13/12/2017, às 10h

PLS nº 186/2014, que dispõe sobre a exploração de jogos de azar.

Relator: sen. Benedito de Lira (PP-AL)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PLS nº 54/2017, que dispõe sobre o regime jurídico da multipropriedade.

Relator: sen. Cidinho Santos (PR-MT)

Relatório: pela aprovação com emendas.

PDS nº 175/2017, que convoca plebiscito sobre a revogação do Estatuto do Desarmamento.

Relator: sen. Sérgio Petecão (PSD-AC)

Relatório: pela aprovação.

PLS nº 370/2013, que estabelece a impenhorabilidade das contribuições e dos benefícios referentes a planos de previdência complementar.

Relator: sen. Romero Jucá (PMDB-RR)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

GLOSSÁRIO

PEC: Proposta de Emenda à Constituição

PLP: Projeto de Lei Complementar na Câmara

PL: Projeto de Lei Ordinária na Câmara

PLC: Projeto de Lei Ordinária da Câmara no Senado

PLS: Projeto de Lei Ordinária do Senado no Senado

MP: Medida Provisória

PLV: Projeto de Lei de Conversão

PRC: Projeto de Resolução da Câmara

PRS: Projeto de Resolução do Senado

PDC: Projeto de Decreto Legislativo da Câmara

PDS: Projeto de Decreto Legislativo do Senado

PFC: Proposta de Fiscalização e Controle

RCP: Requerimento de Constituição de CPI

REQ: Requerimento

VET: Veto

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL (CAPADR)

13/12/2017, às 10h

PL nº 1.291/2015, que estabelece a Política Nacional de Biocombustíveis Florestais.

Relator: dep. Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCTCI)

13/12/2017, às 10h

PL nº 292/2015, que obriga as prestadoras do serviço de telefonia a expandirem a cobertura do serviço para todos os distritos dos municípios abrangidos em sua área de outorga.

Relator: dep. Fábio Sousa (PSDB-GO)

Relatório: pela rejeição.

PL nº 5.220/2016, que altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir a propaganda de medicamentos nos meios de comunicação.

Relator: dep. Izalci Lucas (PSDB-DF)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

13/12/2017, às 9h

PLP nº 368/2013, que dispõe sobre o mercado de capitais para as pequenas e microempresas.

Relator: dep. Betinho Gomes (PSDB-PE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 3.689/2012, que dispõe sobre o florestamento das faixas laterais de domínio das rodovias.

Relator: dep. Fábio Mitidieri (PSD-SE)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)

13/12/2017, às 9h30

PL nº 4.479/2016, que altera o Código de Defesa do Consumidor para obrigar a divulgação em rede nacional, no prazo de 24 horas, da comunicação aos consumidores sobre a periculosidade de produtos introduzidos no mercado nacional.

Relator: dep. Celso Russomanno (PRB-SP)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 5.221/2016, que altera o Código de Defesa do Consumidor para estabelecer que a fixação do valor devido a título de danos morais levará em

consideração, também, o tempo despendido pelo consumidor na defesa de seu direito e na busca de solução para a controvérsia.

Relator: dep. Rodrigo Martins (PSB-PI)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 8.406/2017, que altera o Código de Defesa do Consumidor para obrigar os fornecedores a informar eventual inexistência de assistência técnica no município em que será efetivada a comercialização do produto ou a contratação do serviço.

Relator: dep. Márcio Marinho (PRB-BA)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)

13/12/2017, às 9h30

PL nº 3.940/2015, que dispõe sobre a destinação final dos resíduos sólidos e rejeitos da mineração.

Relator: dep. Vitor Lippi (PSDB-SP)

Relatório: pela rejeição.

FIQUE DE OLHO

PL nº 6.431/2016, que altera a Lei de Locações para regulamentar a locação de imóveis residenciais por temporada por meio de sítios eletrônicos ou plataformas congêneres.

Relator: dep. Covatti Filho (PP-RS)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

PL nº 8.534/2017, que altera o Código Civil para simplificar os trâmites necessários para encerrar as sociedades simples, em nome coletivo e limitadas.

Relator: dep. Cesar Souza (PSD-SC)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)

13/12/2017, às 10h

PL nº 6.962/2010, que estabelece a obrigatoriedade de as assembleias de acionistas deliberarem sobre operações com partes relacionadas e operações que envolvam conflitos de interesses da companhia.

Relator: dep. Lindomar Garçon (PRB-RO)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 2.892/2011, que dispõe sobre aprimoramento das regras que regem as Parcerias Público-Privadas.

Relator: dep. Lindomar Garçon (PRB-RO)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CMADS)
13/12/2017, ÀS 10H

PL nº 5.186/2016, que visa instituir o Cadastro de Crimes contra o Meio Ambiente e vedar às pessoas jurídicas inscritas nesse Cadastro o recebimento de financiamentos e incentivos governamentais e a contratação com o Poder Público.

Relator: dep. Waldenor Pereira (PT-BA)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA (CME)
13/12/2017, ÀS 9H30

FIQUE DE OLHO

PL nº 6.407/2013, que altera a Lei que dispõe sobre o Gás Natural e institui medidas para fomentar este setor.

Relator: dep. Marcus Vicente (PP-ES)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (CSPCCO)
13/12/2017, ÀS 13H30

PL nº 7.877/2017, que altera a Lei dos Crimes de Lavagem de Dinheiro para autorizar que o Conselho Monetário Nacional estabeleça valores máximos para a realização de transações financeiras em dinheiro e determine que as transações financeiras que ultrapassarem tais limites deverão ser realizadas por meio eletrônico.

Relator: dep. Delegado Waldir (PR-GO)

Relatório: pela aprovação.

13/12/2017, ÀS 15H

PL nº 7.075/2017, que altera a legislação que versa sobre armas de fogo para regulamentar a venda, aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo, munições e insumos de recarga.

Relator: dep. Alexandre Leite (DEM-SP)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)
13/12/2017, ÀS 9H30

PLP nº 98/2015, que altera a Lei Complementar que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar para estabelecer a aplicação do Código de Defesa do Consumidor às entidades de previdência privada.

Relator: dep. Elizeu Dionizio (PSDB-MS)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 5.193/2016, que acrescenta dispositivo à Lei dos Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional para que tais condutas e penalidades sejam também aplicáveis às instituições previdenciárias.

Relator: dep. Carlos Manato (SD-ES)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)
13/12/2017, ÀS 10H

PL nº 3.123/2012, que altera a Lei de Execuções Penais para estabelecer as normas de privatização dos serviços penitenciários.

Relator: dep. Leonardo Monteiro (PT-MG)

Relatório: pela rejeição.

PL nº 1.981/2015, que dispõe sobre juros de mora e atualização monetária dos débitos judiciais trabalhistas.

Relator: dep. Lucas Vergílio (SD-GO)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 6.050/2016, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para determinar que o empregador aplique sem distinção as normas de medicina e de segurança do trabalho aos trabalhos exercidos em ambiente fechado e externo.

Relatora: dep. Flávia Moraes (PDT-GO)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO ESPECIAL DA REGULAÇÃO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS
12/12/2017, ÀS 14H30

Reunião para deliberação do parecer do relator, dep. Nelson Marquezelli (PTB-SP), ao PL nº 4.860/2016.

